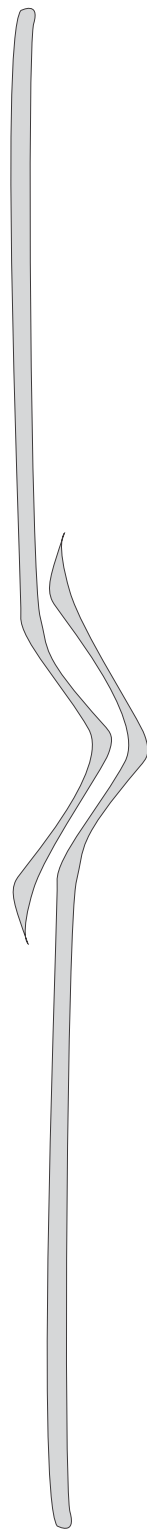


Associação dos Membros Filiados



Vozes negras

Maria José Tavares B. Irmã,¹ São Paulo

*De tudo que existe,
nada é tão estranho como as relações humanas,
com suas mudanças, sua extraordinária irracionalidade.*
(Virginia Woolf)

Resumo: O artigo objetiva suscitar reflexões críticas sobre o racismo estrutural e institucional no contexto das instituições psicanalíticas, uma vez que verificamos a ausência quase absoluta da população negra nestes ambientes, apesar do número expressivo de afrodescendentes no território brasileiro. Pretende igualmente interrogar como essas instituições têm se mobilizado a respeito desse tema e do debate, cada vez mais necessários, considerando a urgência dessa discussão e de ações que garantam o acesso deste grupo social população negra à formação psicanalítica. O texto visa sobretudo estimular os psicanalistas a repararem a desigualdade que vem se perpetuando, ao longo do processo histórico dessas instituições, ocasionado pelo apagamento e silenciamento sobre o tema.

Palavras-chave: formação em psicanálise, racismo estrutural, racismo institucional, desigualdade, ações afirmativas

A provocação a que nos convoca a carta-convite feita pelo *Jornal de Psicanálise* aponta a difícil tarefa de suportar a especificidade e a diferença que há no outro. Sendo assim, pergunto-me: o que têm feito as instituições psicanalíticas a respeito da possibilidade de convivência com o(a) negro(a) dentro de seus institutos? O que podemos aprender com a presença de corpos, vozes e mentes de negros(as)? Por que até hoje a psicanálise brasileira é para poucos e majoritariamente para brancos? Seria essa a única história que a psicanálise brasileira pode nos contar? Não existe uma história única, muito menos uma única narrativa.

1 Psicóloga/psicanalista, membro filiado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela USP.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) ilustra, em seu livro *O perigo de uma história única*, experiências pessoais que a fizeram pensar quão perigoso pode ser se ficarmos presos à escuta de uma única história. Chamou-me a atenção um trecho do livro quando ela relata a história do pequeno Fide. Chimamanda, que é de uma família tradicional de classe média na Nigéria, tinha convívio com pessoas que trabalhavam em sua casa. Quando ela tinha 8 anos, o menino Fide foi trabalhar lá. A única coisa que sua mãe lhe disse sobre ele é que era de uma família muito pobre. Certo sábado, foram visitar o vilarejo de onde provinha Fide. A mãe do menino lhes mostrou um cesto de palha pintado com uns desenhos lindos que o irmão dele havia feito. Ficou impressionada. Não havia lhe ocorrido que alguém naquela família pudesse fazer alguma coisa, e concluiu: “eu só tinha ouvido falar sobre como eram pobres, então ficou impossível para mim vê-los como qualquer coisa além de pobres. A pobreza era minha história única deles” (2019, p. 8).

No contexto histórico em que o Brasil foi colonizado, Gomes (2019) relata que o Brasil foi o maior território escravista do Hemisfério Ocidental por quase três séculos e meio. Recebeu, sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América. Como resultado, é, atualmente, o segundo país de maior população negra de origem africana do mundo. Os afrodescendentes brasileiros, classificados nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como pretos e pardos, hoje somam cerca de 115 milhões de pessoas, número inferior somente à população da Nigéria, de 190 milhões de habitantes, e superior à da Etiópia, o segundo país africano mais populoso, com 105 milhões. Essa marca fez com que a cidade de Salvador tenha sido declarada a Capital Negra da América Latina, no 21.º Encontro Ibero-americano de Afrodescendentes (Portal Geledés, 2011).

Sílvio Almeida (2019/2021), em sua obra *Racismo estrutural em feminismos plurais*, traz para o debate da questão racial três concepções de extrema importância para a compreensão da dimensão estrutural do racismo em nossa sociedade: o racismo individualista, o institucional e o estrutural. Para organização dessas concepções, o autor apresenta seu ponto de vista com base em outros três critérios: relação entre racismo e subjetividade, relação entre racismo e Estado e relação entre racismo e economia.

Com base no entendimento do autor, quero destacar a configuração da diferença entre o racismo institucional e o estrutural, que, como

ênfatisa, não são a mesma coisa e descrevem fenômenos distintos, pois apresentam dimensões específicas do racismo com significativos impactos analíticos e políticos:

A principal tese dos que reconhecem a existência do racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação. (Almeida, 2019/2021, p. 40)

Ainda, segundo o autor, o racismo institucional está presente em todas as instituições, sejam elas públicas ou privadas, e que estão majoritariamente dominadas por homens brancos, o que dificulta a ascensão e/ou aceitação de negros(as), principalmente mulheres. A inexistência de espaços de discussão e de igualdade de raça e gênero naturaliza o domínio de grupos de homens brancos. A única forma de alterar esses padrões de funcionamento é por meio de atuação institucional *promovendo mudanças por intermédio de ações afirmativas*.

Sobre a questão estrutural do racismo, o autor aponta o fato de que as instituições são racistas porque a sociedade é racista. Desse ponto de partida, surge uma série de implicações: se o funcionamento de certas instituições privilegia determinados grupos sociais, é porque o racismo é parte da ordem social, ou seja, não é algo criado pela instituição, mas por ela reproduzido. O autor ressalta, porém, que a estrutura social é constituída por inúmeros conflitos – de classe, raciais, sexuais, de gênero etc. O que significa que as instituições podem atuar de maneira conflituosa, posicionando-se dentro desse conflito. Em suma, destaca:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais, processos

institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra, e não exceção. (Almeida, 2019/2021, p. 50)

Vale ressaltar que o termo “estrutura” [assim como na psicanálise] não quer dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais sejam inúteis, ou, ainda, que indivíduos que cometem atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Pelo contrário, entender que o racismo é estrutural não é um ato isolado, de um indivíduo ou de um grupo, e torna-nos ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. (Almeida, 2019/2021, p. 52)

Portanto, conforme aponta o autor, o racismo é um processo político, mas também histórico. Político porque atua como um processo sistêmico de discriminação, que influencia a organização social, e, por outro lado, é histórico porque a dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de formação de cada sociedade. O caso do Brasil foi marcado pela experiência histórica de colonização e escravização de pessoas negras em função de um projeto político de poder.

Nesse sentido, podemos pensar o racismo intrínseco às relações sociais e à experiência histórica de colonização e da escravidão de pessoas negras com base em nossas teorias psicanalíticas, que compreendem o nascimento do sujeito provindo do olhar e dos cuidados do outro, dos intercâmbios permanentes entre interior e exterior, mundo interno e mundo externo, e as identificações e influências do ambiente social.

No texto “Introdução ao narcisismo”, Freud (1914/2010b) aponta o fato de que no momento em que nascemos não temos um Eu estruturado, que só surge a partir de um novo ato psíquico, de uma nova experiência, que denominou “narcisismo”. Essa experiência está situada em um momento inicial: entre o autoerotismo e o momento da escolha de objeto, em que o sujeito possa amar e escolher o outro como uma totalidade. O narcisismo pode ser entendido como uma nova identificação que ocorre com a mudança de relação com a imagem. Portanto, o Eu também pode ser o outro. Se o Eu ideal pode ser uma porção de nós mesmos e vai permanecer como uma espécie de solução imaginária entre a divisão e o complemento do ideal de Eu e o Eu ideal – a imagem de um sujeito branco –, todo o processo histórico de colonização e escravização do país está em descompasso com a ideia que se tem de si mesmo, ou seja, a imagem da diáspora afro-brasileira é

invariavelmente inadequada, insatisfatória. Portanto, seus corpos são objetificados, sem valor e sem humanidade. Nessa relação de reciprocidade e simbolização da imagem, todos os que são não brancos são excluídos.

Horror, desconforto, estranheza, indignação, pavor são reações possíveis diante da possibilidade de convivência com o diferente. No caso, estou me referindo à escassa presença do(a) “negro(a)” nas instituições psicanalíticas. Essa ausência, na verdade, se dá em ressonância com a crença na superioridade branca determinada pelo projeto de branqueamento disseminado em paralelo ao movimento abolicionista, e que se estende até nossos dias de modo estrutural no que se refere às instituições psicanalíticas.

Podemos encontrar testemunhos que são de nosso conhecimento quando se trata do processo de colonização e escravidão do Brasil e suas consequências, a mais grave das quais, entre tantas outras, é o racismo.

O povo negro faz parte da matriz fundante de nossa cultura e da construção de nossa história, de costumes e modos de ser e de conviver, mas foi interceptado pelo racismo, sendo-lhe retirada toda possibilidade de constituir de fato essa matriz. Dependemos do olhar do outro para nossa construção como sujeitos, forjados pelo desejo e cuidado de nossos pais ou substitutos. Assim é com qualquer um de nós, e não podemos aceitar passivamente que certos corpos, mentes e vozes sejam tratados como superiores a outros. Isto é o que foi introjetado, internalizado, e que gerou desdobramentos psíquicos graves para a população negra brasileira.

A ideia de que os negros(as) são inferiores e desqualificados, só conseguindo executar trabalhos subalternos, sendo incapazes de produzir qualquer coisa interessante, e que tenha algum valor, está arraigada em nossa mente. Essa é a única história contada sobre a diáspora negra brasileira.

Adichie (2019) chama-nos a atenção para as consequências da história única e diz-nos: a consequência da história única é que ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da humanidade de cada um. A história única enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos.

Causa espanto a possibilidade de termos voz, sermos ouvidos, pois ao nos pronunciarmos causamos grande desconforto. Grada Kilomba (2008/2019), em seu livro *Memórias da plantação*, conta a história da máscara de Anastácia sob a perspectiva do silenciamento; não se trata de uma metáfora, mas sim o mecanismo pelo qual foram emudecidos os homens e as mulheres que trabalhavam nas plantações e que repercutiu, de

maneira contundente, no silenciamento da existência e do saber negro, assim como das violências raciais impetradas a essa população:

Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que mulheres e homens africanos(as) escravizadas(os) comessem cana-de-açúcar ou cacau, enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de “mudez e de medo” [grifo meu], visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação praticadas por seus regimes brutais de silenciamento das(os) ou Outros(as). (Kilomba, 2008/2019, p. 33)

Ser lido como negro(a) determina um lugar na sociedade que é um lugar de subalternidade. Ainda hoje, a mulher negra é a maior vítima de violência doméstica, feminicídio, mortalidade materna e obstétrica. Não se pode deixar de observar que muitas delas são a base de sustentação da economia familiar, e, mesmo assim, são qualificadas e tratadas como sub-raça, sendo relegadas à violência, ao trabalho subalterno, e seus corpos são vistos como objetos. A imagem de Cláudia Silva Ferreira arrastada pela viatura de polícia no Rio de Janeiro, em 2014, é a representação do quanto o corpo negro feminino é considerado algo descartável no mundo racionalizado em que vivemos (Wikipédia, 2021).

As mulheres negras sempre ocuparam lugares de subalternidade, em que prevalecem a desqualificação e o desprivilégio ao longo da história nas Américas, e em particular, no Brasil. Seu passado escravizado de violência mostra sua força, resistência e poder. Perde-se muito quando não se ouve as mulheres negras, pois suas histórias próprias e particulares são essenciais para se repensar a vida em sociedade. Urge que a participação das mulheres negras se dê de modo significativo em todas as esferas, sejam elas políticas, econômicas, de mercado de trabalho, de educação etc. A atual representatividade das mulheres negras em todos os espaços de nossa sociedade não reflete a realidade da população negra no Brasil, que, segundo dados do IBGE, representa 56% de nossa população.

O que a psicanálise poderia aprender com os saberes afrodiaspóricos, especialmente com a mulher negra? Serão as experiências de uma mãe branca as mesmas de uma mãe negra? Esse não seria um ponto crucial para pensarmos a potência da diferença, visto que reconhecemos terem as experiências, desde o nascimento, influência na constituição do sujeito? Como pensar os

cuidados perinatais nas populações que dependem do serviço público? Que repercussões têm essas experiências na vida intrauterina e no nascimento? Por que a psicanálise se distanciou de tais questões, uma vez que elas se relacionam aos problemas de saúde da população brasileira? Presumo que sejam questões que não façam parte do universo dos psicanalistas, mas não teríamos aí um problema que diz respeito à ausência de negros nos institutos de psicanálise?

Este ano a SBPSP completa 70 anos, mas a história da psicanálise no Brasil começou antes, em 1927; portanto, são mais de 94 anos de transmissão do pensamento psicanalítico brasileiro. Temos uma psicanálise que considera a singularidade do nosso passado colonial escravocrata e a diáspora africana? Consideramos o acervo cultural, religioso, político, econômico e intelectual do nosso povo negro? Consideramos a importância da interseccionalidade, da passabilidade como uma capacidade de considerar o membro de um grupo ou categoria identitária diferente da sua, que inclua identidade racial, etnia, classe social, gênero, religião, orientação sexual?

Há um atraso quase secular que a psicanálise brasileira se recusa a enfrentar, mantendo um sistema racista e sustentado pela elite branca. A psicanálise arrisca-se assim a ficar caracterizada como branca, eurocêntrica e elitista, mesmo tendo em sua história uma mulher negra, Virginia Bicudo, que recebeu as homenagens já referendadas, mas estas podem ter sido insuficientes diante do legado e do protagonismo dessa mulher tão importante na construção da história da psicanálise brasileira.

Penso que, diante desse entendimento, se torna imperativo refletirmos sobre mudanças profundas nas relações institucionais e no aprofundamento do debate sobre esse tema tão árduo, o que já vem ocorrendo em alguns poucos institutos e sociedades de psicanálise. É preciso tirar o elefante da sala e repensar essa psicanálise racializada. O número de pessoas negras na formação psicanalítica é pífio, demonstrando como as estruturas de poder estão fortemente marcadas pelo privilégio de pessoas brancas, e mostra a realidade da ausência de políticas afirmativas que incluam pessoas negras nessas instituições. Neste sentido, é importante trazermos as questões levantadas para o debate, refletindo a respeito do papel das instituições psicanalíticas e da ética da psicanálise no contexto histórico brasileiro.

Em “O inconsciente”, Freud assinala:

Podemos comparar os derivados (do inconsciente) aos mestiços daquelas raças humanas que, grosso modo, já se assemelham aos brancos, mas cuja origem de cor é evidenciada por um traço que chama a atenção e os mantém excluídos da sociedade, impedindo-os de gozar das prerrogativas dos brancos. (1915/2010a, p. 132)

O enfrentamento do racismo deve impactar a pluralidade de ideias – o conhecimento, que está em todos os lugares e em todas as pessoas – e acabar com esse sistema perverso de hierarquização. A luta é para dar visibilidade à opressão de gênero e à exploração do racismo e para discutir como as desigualdades, em todas as suas formas, oprimem as pessoas negras, mas principalmente as mulheres.

Por uma psicanálise mais democrática, mais representativa e que privilegie todas as cores, todas as vozes e todos os corpos. Que possamos instituir uma abertura em que mais pessoas se beneficiem do legado deixado por Freud.

Voces negras

Resumen: El artículo tiene como objetivo plantear reflexiones críticas sobre el racismo estructural e institucional en el contexto de las instituciones psicoanalíticas, ya que constatamos la ausencia casi absoluta de la población negra en estos entornos, a pesar del expresivo número de afrodescendientes en el territorio brasileño. También se pretende cuestionar cómo estas instituciones se han movilizadas sobre este tema y el debate, que son cada vez más necesarios, considerando la urgencia de esta discusión y acciones que garanticen el acceso de este grupo social de población negra a la formación psicoanalítica. El texto pretende sobre todo animar a los psicoanalistas a reparar la desigualdad que se ha perpetuado a lo largo del proceso histórico de estas instituciones, provocada por el borrado y silencio sobre el tema.

Palabras clave: formación psicoanalítica, racismo estructural, racismo institucional, desigualdad, acción afirmativa

Black voices

Abstract: The article aims to raise critical reflections on structural and institutional racism in the context of psychoanalytic institutions, since we verified the almost absolute absence of the black population in these environments, despite the expressive number of Afro-descendants in the

Brazilian territory. It also intends to question how these institutions have mobilized about this theme and the debate, which are increasingly necessary, considering the urgency of this discussion and actions that guarantee the access of this social group of black population to psychoanalytic training. The text aims above all to encourage psychoanalysts to repair the inequality that has been perpetuated throughout the historical process of these institutions, caused by the erasure and silence on the subject.

Keywords: psychoanalytic training, structural racism, institutional racism, inequality, affirmative action

Voix noires

Résumé : L'article vise à soulever des réflexions critiques sur le racisme structurel et institutionnel dans le contexte des institutions psychanalytiques, puisque nous avons vérifié l'absence presque absolue de la population noire dans ces environnements, malgré le nombre expressif d'afro-descendants sur le territoire brésilien. Il entend également interroger comment ces institutions se sont mobilisées autour de cette thématique et du débat, de plus en plus nécessaires, compte tenu de l'urgence de cette réflexion et des actions qui garantissent l'accès de ce groupe social de population noire à la formation psychanalytique. Le texte vise avant tout à inciter les psychanalystes à réparer l'inégalité qui s'est perpétuée tout au long du processus historique de ces institutions, causée par l'effacement et le silence sur le sujet.

Mots-clés : formation psychanalytique, racisme structurel, racisme institutionnel, inégalité, action affirmative

Referências

- Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única* (J. Romeu, trad.). Companhia das Letras.
- Almeida, S. L. (2021). *Racismo estrutural em feminismos plurais*. Jandaíra. (Trabalho original publicado em 2019)
- Freud, S. (2010a). O inconsciente. In S. Freud, *Introdução ao narcisismo: ensaios da metapsicologia e outros textos*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2010b). Introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Introdução ao narcisismo: ensaios da metapsicologia e outros textos*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)

Maria José Tavares B. Irmã

Gomes, L. (2019). *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares* (Vol. I). Globo Livros.

Kilomba, G. (2019). *Memórias de plantação: episódios do racismo cotidiano*. Cobogó. (Trabalho original publicado em 2008)

Portal Geledés (2011). “Salvador (BA) é declarada a Capital Negra da América Latina”, 23/11. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/salvador-ba-e-declarada-a-capital-negra-da-america-latina/>, em 06 de setembro de 2021.

Wikipédia (2021). “Caso Cláudia Silva Ferreira”, 19/04. Recuperado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Cl%C3%A1udia_Silva_Ferreira, em 08 de julho.

Maria José Tavares B. Irmã

mari.bmari@hotmail.com

Recebido em: 11/9/2021

Aceito em: 15/9/2021